

“HÁ UM USO SEM CONTROLE DE AGROTÓXICO”

Participaram: Alan Tygel, Eduardo Sá, Luciana Rios, Mayron Borges, Raquel Júnia e Vivian Fernandes.

Processada por fábricas de agrotóxicos por causa de seus estudos, a professora do departamento de saúde comunitária da faculdade de medicina da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto, fala a *Caros Amigos* sobre os malefícios do modelo de desenvolvimento adotado no campo brasileiro. Rigotto é também associada à Rede Brasileira de Justiça Ambiental e ao grupo temático de Saúde e Ambiente da Abrasco. Na entrevista ela critica a isenção fiscal para os agrotóxicos, expõe dados alarmantes e afirma que os efeitos desses venenos oneram intensamente o SUS.

Caros Amigos - Em que pé estão as suas pesquisas com os agrotóxicos.

Raquel Rigotto - A pesquisa iniciou no ano de 2007, motivada pelos dados da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará que mostraram um número elevado de internações por intoxicações por agrotóxicos em 2004 e 2005. Entre esses dois anos houve um aumento exorbitante de 634 casos para 1106. Foi discutido com movimentos sociais do campo, e foi percebido que os casos se concentravam em regiões onde também estava acontecendo a expansão de atividades do agronegócio, especialmente a fruticultura irrigada para exportação no baixo vale do Jaguaribe. E nesse momento coincidiu de ter saído um edital do CNPQ exatamente para estudo de populações expostas a agrotóxicos no nordeste, e nós tivemos o projeto aprovado. Organizamos uma equipe de pesquisa bastante interessante, com 17 formações profissionais diferentes e a participação de dois movimentos sociais: o MST e a Comissão Pastoral da Terra. Isso nos possibilitou fazer um trabalho bastante diferenciado em relação ao que tradicionalmente se faz na pesquisa epidemiológica. Porque ao nos aproximarmos do território começamos a perceber a complexidade e ver pelo menos três modelos de produção diferentes: os trabalhadores empregados ao agronegócio, agricultores camponeses que persistiam na pequena agricultura e o que reunia trabalhadores assentados da reforma agrária e de uma comunidade em transição agroecológica. Eles tinham modos de viver, produzir e de se expor aos agrotóxicos distintos, e a partir daí desenhamos a metodologia da pesquisa.

Quais são os dados novos que você coletou nessa pesquisa?



FOTO: REVISTA UNIVERSIDADE PÚBLICA

No que diz respeito a doenças, nós percebemos que 33,1% dessa amostra de 545 trabalhadores tem relatos na sua história egressa de pelo menos um episódio de intoxicação aguda por agrotóxico em algum momento da vida: 1/3 da população examinada. Também parece que 29% deles no momento da entrevista tinham sintomas compatíveis com o quadro de intoxicação aguda por agrotóxicos, isso somado com o dado de que 78% deles tinham o último contato com os agrotóxicos nas últimas 12 ou 24 horas. Outro dado que nos chocou muito é que 54% desses que tiveram sintomas de intoxicação aguda não procuraram assistência médica. Isso nos marcou muito porque mostra a solidão e o desamparo desses trabalhadores, eles se intoxicam durante o trabalho e, quando saem, a unidade de saúde já está fechada pois ela não atende de noite. Para ir ao hospital na cidade é um deslocamento muito difícil para eles, e muitas vezes chegam no hospital e não são compreendidos e acolhidos na sua condição de trabalhadores expostos aos agrotóxicos. Então o diagnóstico não é feito, o nexo entre trabalho e exposição, sintoma e diagnóstico,

não é estabelecido. Pela própria falta de resolutividade do sistema de saúde os trabalhadores ficam desestimulados a procurar. Aí você começa a compreender porque a Organização Mundial de Saúde afirma que para cada caso de intoxicação por agrotóxicos diagnosticado e notificado você tem pelo menos 50 casos não notificados. E os nossos dados dão elementos para a gente compreender como que isso vai estar realmente acontecendo.

Chamou também atenção a frequência de sinais e sintomas de alterações neurológicas nesse grupo de trabalhadores examinados, que está na casa dos 70%. Isso vai incluir sintomas como cefaleia, fraqueza, tremores, câimbras, irritação, instabilidade, depressão, alterações de sono, que são alterações neurológicas descritas na literatura como associadas aos agrotóxicos, especialmente o grupo dos organofosforados e dos carbamatos, mas também há outros. Também encontramos um percentual bastante significativo nas alterações hematológicas, tanto da série branca como da série vermelha, alterações essas que são preditivas de alterações neoplásicas, de leucemias e também de função hepáticas.

O assassinato do José Maria foi no mesmo momento da realização da pesquisa?

A riqueza dos resultados da nossa pesquisa é o reflexo de um processo permanente de diálogo da equipe de pesquisadores com as comunidades atingidas pelos agrotóxicos e o agronegócio, e com os movimentos sociais da região. Eu tenho muito claro na minha mente o dia em que a gente chegou na comunidade do Tomé, onde vivia o Zé Maria, e depois de uma pequena reunião. Ele nos ajudou a traçar caminhos para mobilizar os pequenos agricultores para o exame da pesquisa. Ele liderava uma associação de ex-irrigantes da região, e me chamou no quintal da sua casa para mostrar como a sua roupa no varal estava cheirando a veneno: era o avião da pulverização. A gente nem sabia que tinha esse tipo de procedimento lá, e a partir daí incluímos esse estudo na metodologia da pesquisa. Geramos informações que vieram a confirmar as denúncias que ele e outros movimentos vinham fazendo a respeito da contaminação das águas. Nós colhemos 23 amostras de água, eram de poços profundos do aquífero, do

canal do perímetro irrigado e da água fornecida pelo sistema municipal de abastecimento que chegava pela torneira das casas. 100% das amostras estavam contaminadas com agrotóxico, a com menos veneno tinha três ingredientes ativos diferentes. Uma comunidade tinha 12 ingredientes ativos diferentes em uma única amostra de água.

É claro que como pesquisadores da área de saúde nós temos uma responsabilidade ética e esse resultado não pode ser colocado no relatório final da pesquisa e publicado na revista científica sem ser encaminhado às autoridades sanitárias. É direito das populações, de acordo com a ética em pesquisa em saúde, saber desses resultados. Então isso foi publicado numa audiência pública na Universidade Estadual do Ceará, e coincidiu com o momento em que as comunidades já haviam conquistado a proibição da pulverização aérea no município de Limoeiro do Norte. Algo absolutamente inusitado, porque em janeiro do mesmo ano de 2009 a União Europeia, que recebe as frutas produzidas na região, havia proibido a pulverização aérea. Isso é uma prova de lucidez dessa comunidade e da luta que fizeram na Câmara Municipal. Mas o assassinato do Zé Maria acontece cinco meses depois, e antes de um mês da missa de assassinato a Câmara já havia revogado essa lei.

Essa morte culminou num processo muito bonito, porque o seu assassinato precipitou uma articulação forte dos diferentes movimentos sociais na região. A partir daquele momento passaram a trabalhar integrados: a constituição do chamado “Movimento 21”, que é a data de abril que ele foi assassinado, assim como Tiradentes. Esse movimento tem assumido os resultados da pesquisa como ferramentas de luta. A pesquisa produziu uma tese de doutorado, cinco dissertações de mestrado, e duas monografias de especialização e de graduação. Esses trabalhos foram colocados na entrada do seminário dos resultados da pesquisa com uma foice e uma enxada em cima de cada um deles para mostrar que são instrumentos que fortalecem a luta daquelas pessoas em defesa da sua saúde, da vida e do seu território.

A pesquisa continua?

A gente concluiu o que foi projetado a fazer em 2007. Nós temos um banco de dados, especialmente epidemiológico, muito vasto. Mas a gente ainda tem muito trabalho a fazer de análise desses dados no banco. Por outro lado, outras questões estão surgindo no território. Nesse momento, o que está acontecendo lá é que as empresas do agronegócio têm um modelo de produção tão insustentável que elas se autoinviabilizam. Então, em torno de 8 a 10 anos uma fazenda, que eles chamam de fábrica por causa do processo da produção tão tecnificado e artificial, num período curto de tempo

esgotam o sol, degrada os nutrientes, contamina enormemente com agrotóxicos e cria um desequilíbrio da microfauna.

Você está sendo processada?

Eu estou respondendo a um processo, mas é de uma fábrica de venenos que fica em torno de Fortaleza. É em função de outra pesquisa, eles pediram um estudo ao Ministério Público que, por sua vez, pediu à universidade para eu fazer. O reitor mandou um ofício para mim, e a gente provou que a empresa estava jogando cancerígeno no ar e ela não gostou do resultado. Igual na Idade Média: manda matar o mensageiro se a notícia não for boa.

Qual é a sua avaliação sobre a relação do meio científico com essas grandes empresas relacionadas ao agronegócio e aos agrotóxicos?

Em geral, o que você tem é cooptação dos pesquisadores para os temas e problemas que essas empresas precisam que sejam investigados. Na Embrapa, nas universidades, tem financiamentos, você tem bolsista de mestrado, doutorado, que acata as demandas de conhecimento do setor produtivo. Tem áreas de financiamento do CNPQ e CAPES diretamente voltados para as empresas, e você tem um pequeno grupo de pesquisadores que busca atender às demandas de conhecimento de outros segmentos sociais mais vulneráveis. Muitas vezes eles encontram o problema da criminalização, da judicialização do conflito. Você ter na universidade pesquisadores em condições de desvelar problemas que elas geram é algo incômodo, não está previsto no planejamento estratégico delas. Nesse sentido, a resposta é de condená-los, processar, desqualificar. A desqualificação do conteúdo do trabalho, dos resultados, do pesquisador, são estratégias que elas vêm utilizando.

No caso desses pesquisadores que acabam sofrendo perseguições, como tem sido a postura das instituições das quais eles fazem parte?

Eu não sou uma estudiosa desse assunto, mas conheço colegas que têm sido empurrados a tratar do assunto como problema pessoal. Raramente tem havido por parte das instituições de pesquisa uma postura de assumir isso como um problema institucional. A gente vê colegas que estão pagando advogado com os seus próprios salários e uma falta de apoio institucional. Mas, a solidariedade das redes merece destaque, é incrível como eu me senti fortemente amparada, porque uma série de instituições vieram a público com notas se manifestar contra esse tipo de constrangimento à autonomia e liberdade de pesquisa acadêmica.

Gostaria que você falasse sobre como o consumo de agrotóxico se reflete no consumo.

Nós temos na Anvisa, no Ministério da Saúde, um programa de análise de resíduos

de agrotóxicos em alimentos que colhem amostras nos supermercados em todos estados do país. Em 2010, o dado é que 29,3% dos alimentos analisados tinham resultados insatisfatórios, porque continham ingredientes ativos absolutamente inadequados para aquele cultivo. Ou porque havia uma concentração elevada de algum ingrediente ativo autorizado. Isso também se pode discutir: qual é a dose permitida diária de veneno para cada um de nós? Porque tem uma aparência de cientificidade, mas é extremamente delicado confiar na segurança desses limites e nas bases científicas para estabelecê-los: são bases dinâmicas, o que foi limite há 20 anos atrás já não é aceito. O que nos faz pensar que o que hoje é aceito pode ser absurdo daqui a 5 anos, então é algo que não nos protege da exposição.

E nós temos uma série de estudos mostrando a relação entre essa exposição ao agrotóxico e uma série de agravos à saúde que estão cada vez mais frequentes na população. Trata-se de uma polixposição. No pimentão, por exemplo, foi encontrado mais de 27 ingredientes ativos contaminando, isso significa que você está ingerindo uma mistura de venenos. E não sabemos do ponto de vista científico como eles interagem dentro de cada organismo. Hoje, você já tem relação entre vários agrotóxicos que são interferentes endócrinos, ou seja, são capazes de imitar no nosso corpo o comportamento de hormônios sexuais. Por exemplo, a puberdade precoce nas meninas, a infertilidade masculina, alteração na correlação do nascimento de homens e mulheres, que a natureza sempre equilibrou em torno de 50% e tem sido desequilibrado. Tem o caso dos cânceres, então você tem um leque de evidências.

Qual é a relação entre os agrotóxicos e os transgênicos e como isso afeta na saúde?

No lançamento dos transgênicos, eles foram apresentados como uma solução para reduzir o volume de agrotóxicos utilizado. E essa é uma das expressões muito claras da possibilidade de contrainformação, de mentiras, por parte dessa indústria. Porque você observa que no Brasil a gente tem 26 cultivos transgênicos autorizados, a maior parte deles de soja, e 21 deles são exatamente modificados para que essa soja possa ser banhada por um agrotóxico herbicida e não morrer. A função desse veneno é fazer uma capina química, que tira empregos porque as outras ervas da biodiversidade não conseguem surgir no meio do cultivo. Existem substâncias como o glifosato – responsável por 43% do consumo anual de agrotóxico no Brasil –, que antes eram classificadas como pouco tóxicas, e ainda são aliás, mas estão em reavaliação porque se acumulam evidências de que são interferentes endócrinas e responsáveis por más formações congênicas. Então se você observa

o consumo de agrotóxicos no Brasil ele cresce proporcionalmente à introdução dos cultivos transgênicos, e se eleva aceleradamente às custas especialmente do herbicida, deixando clara essa relação. E já estamos vendo o surgimento de resistência das plantas ao glifosato e aí as indústrias já estão introduzindo como herbicidas outras substâncias muito mais tóxicas, como é o paraquat e 2,4-d, o agente laranja utilizado na guerra do Vietnã para desfolhar a floresta e permitir ao exército norteamericano localizar os vietnamitas. É uma substância extremamente nociva, já está fartamente divulgada a repercussão disso na saúde da população do Vietnã, gerações depois ainda há crianças que nascem com má formação congênita relacionadas ao que aconteceu nos anos 1960. É algo de uma gravidade em termos de saúde pública enorme. Têm que ser divulgadas também as pesquisas que foram feitas no Mato Grosso: má formação congênita em outras espécies da natureza além da humana, como porcos e anfíbios, em áreas de extremo uso de herbicidas.

Como você vê a articulação da sociedade civil e científica numa campanha que tenta explicar o uso de agrotóxicos às pessoas?

Acho que a Campanha contra os agrotóxicos e pela vida cumpre um dever que é de todos nós, mas é também do Estado brasileiro que não tem sido cumprido: permitir aos cidadãos o direito de saber. Nós temos o direito de saber o que nós estamos comendo, as consequências disso hoje e amanhã para essa geração e as futuras. E esse direito tem sido negado, porque o que a gente observa é um Estado profundamente eficiente para promover e apoiar o agronegócio, seja pelo que diz respeito ao financiamento, à infraestrutura, a facilitação da legislação, da comercialização, etc, e, ao mesmo tempo, não tem a mesma eficiência para proteger a sociedade dos impactos dos agrotóxicos e dos transgênicos.

Há uma invisibilização também quando não se geram dados sobre a contaminação ambiental da água nos diferentes locais do Brasil. Esse monitoramento não vem sendo feito como deveria e está previsto na legislação.

Se você for pegar a projeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2010 para 2020, vai enxergar lá um investimento progressivo na produção de *commodities* de soja, carne de boi, carne suína, frango, cana, algodão, milho, para exportar às custas de aumento da produtividade, intensificação do uso de agrotóxicos, redução da área cultivada para produzir alimentos, como arroz, feijão e mandioca. E que perspectivas ficam para nós enquanto país? É esse debate que essa campanha vai levantar, qual a nossa responsabilidade enquanto cientistas nas crises que a humanidade se defronta hoje? A alimentar, ambiental, energética, ética, cultural... Em que medida a gente,

enquanto ciência pode construir novas formas de fazer ciências, com novas éticas, novos objetos de estudo, novas metodologias, relações com os sujeitos que demandam a produção de conhecimento, novas formas de divulgação dos resultados e de assumir as zonas de incertezas, de ignorância, e daí assumir também a importância do princípio da precaução nessa nova produção de conhecimentos.

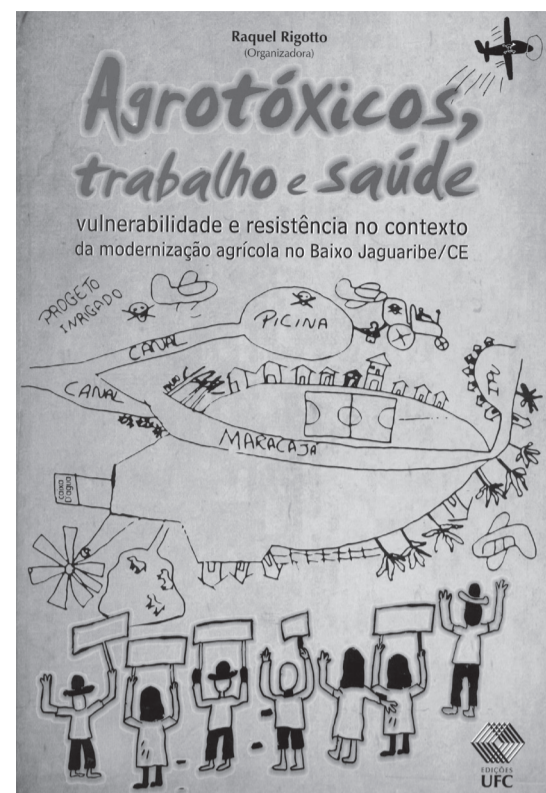
Qual o papel que a mídia tem desempenhado nesse contexto todo que você nos relatou?

À medida que nós podemos produzir evidências muito concretas desses problemas que estavam acontecendo na região, e à medida que eles foram se agravando também como o assassinato, a greve que foi feita em 2008 por 1700 trabalhadores do monocultivo do abacaxi, a mídia começou a dedicar mais atenção a esse problema. É claro que há limitações no enfoque, normalmente eles querem saber quantos casos de câncer eu já encontrei. Tem havido um espaço crescente na mídia em relação a esses temas, talvez nem tanto para problematizar as origens, mas para divulgar os aspectos mais graves da exposição aos agrotóxicos.

Como é a proposta da suspensão da isenção aos impostos dos agrotóxicos para que esse dinheiro seja revertido na saúde?

A Constituição de 1988 teve uma emenda constitucional de número 29 que se destina a regulamentar como vai ser financiada a saúde, e essa questão ainda não está equacionada. Nós tivemos uma solução provisória com a CPMF, que foi extinta, e esse problema vem a público agora novamente. Está um impasse porque ninguém quer assumir o financiamento da saúde. E à medida que percebemos a exposição de toda a população brasileira aos agrotóxicos, através dos alimentos contaminados, especialmente a população trabalhadora a partir da exposição do trabalho, dos moradores da região no entorno, das fábricas de agrotóxicos, das empresas que utilizam no agronegócio os agrotóxicos, é uma enorme exposição que onera grandemente o SUS. Os cânceres, as intoxicações agudas, os efeitos endócrinos, as doenças hepáticas, respiratórias. Por outro lado, a gente sabe também que o fato dos agrotóxicos terem isenção é um estímulo a um uso maior ainda, isso é fato de competitividade, guerra fiscal entre os estados. Quem oferece mais isenção atrai mais empreendimentos do agronegócio, então isso também onera mais o SUS. A gente está falando de um mercado anual de US\$ 8,5 bilhões, e se você tira daí a isenção que está sendo oferecida para ICMS, IPI, COFINS e PIS/PASEP, significaria um recurso volumoso que poderia ser adotado para o financiamento do SUS.

Esses trabalhadores além de estarem cotidia-



Rigotto lança livro sobre agrotóxicos, trabalho e saúde.

namente ali, eles também vivem próximos...

Eles têm uma exposição durante a jornada de trabalho, que é muito intensa, no caso do agronegócio é diária, e dependendo da função do trabalhador durante todo o dia: você tem um grupo que só prepara a calda tóxica, outro que só aplica ela, esses são os mais expostos, e mais um que vai trabalhar nas áreas recém pulverizadas, que também é proibido por lei, mas não há respeito a isso. A legislação estabelece para cada tipo de ingrediente ativo um período de reentrada, que é um tempo para ser respeitado entre a aplicação e a entrada do trabalhador, que varia de 3 horas a 15 dias dependendo do produto, e isso é sistematicamente desrespeitado. Todos os trabalhadores se referiram a isso, então eles são expostos intensamente durante a jornada de trabalho e também no seu local de moradia. Porque há a pulverização aérea, uma contaminação do ar, da água que é servida nas casas deles, e há também uma domiciliação do risco na medida em que empresas não cumprem a legislação que exige que elas façam a higienização do uniforme de trabalho. Então o trabalhador leva esse uniforme para casa e lá dentro a esposa vai lavá-lo expondo-se a essa água com resíduos de agrotóxicos. Às vezes pouco informada e misturando isso com as roupas das crianças, por exemplo, e depois descartando essa água no sistema comum de esgoto do município, se é que há. Mesmo uma estação de tratamento comum não tem os recursos necessários para retirar resíduos químicos, ela trata a contaminação biológica mas esses resíduos químicos não são retirados. Então, há essa exposição dupla no caso dos trabalhadores: dentro do local de trabalho e também no local de moradia. 🏠